

Agenda para fortalecer
o acesso democrático ao
**livro, à leitura,
à escrita e à
expressão
oral**

AGENDA LLEO



cerlalc
Centro Regional para el
Fomento del Libro en América
Latina y el Caribe

20
Años|Anos



Secretaría General
Iberoamericana
Secretaria-Geral
Ibero-Americana

2025

Secretaría General Iberoamericana

Andrés Allamand Zavala
Secretário-Geral Ibero-Americano

Lorena Larios Rodríguez
*Secretaria para a Cooperação
Ibero-Americana*

Enrique Vargas Flores
*Coordenador do Espaço
Cultural Ibero-Americano*

Cerlalc

Margareth Menezes
*Ministra da Cultura do Brasil
Presidenta do Conselho*

Ernest Urtasun Domènech
*Ministro da Cultura e Esportes da Espanha
Presidente do Comitê Executivo*

Margarita Cuéllar Barona
Diretora

María Fernanda de La Ossa
Secretária Geral

Francisco Thaine
Subdiretor Geral

Jeimy Hernández
*Diretora técnica de Leitura, Escrita
e Bibliotecas*

José Diego González
Diretor técnico de Ecossistema Editorial

**Agenda para fortalecer o acesso
democrático ao livro, à leitura,
à escrita e à expressão oral 2025**

Setembro de 2025

ISBN (PDF): 978-958-671-286-6

Publicado pelo

Centro Regional para o Fomento do
Livro na América Latina e o Caribe
(Cerlalc-Unesco) y a Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Autoria do documento

Alejandro Dujovne
María Claudia López

Design do documento

Natalia Ayala Puccini
estudiocasual.co



Esta publicación está disponible bajo la licencia Atribución/Reconocimiento-NoComercial-SinDerivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0) (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>)

Tabla de contenido

▸ 3 Justificação

▸ 7 Situação nos domínios da Agenda

▸ 7 Leitura, escrita, comunicação oral e bibliotecas

▸ 8 Ecossistema do livro

▸ 12 O papel dos Estados e da cooperação

▸ 18 Objetivos

▸ 18 Objetivo geral

▸ 18 Objetivos específicos

▸ 19 Princípios e abordagens

▸ 21 Eixos temáticos e ações

▸ 21 Leitura, escrita e oralidade

▸ 23 Ecossistema do livro

▸ 26 Conclusões

▸ 29 Referências

Justificação

Em novembro de 2018, em preparação para a 26ª Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, os Ministros da Cultura Ibero-Americanos concordaram em formular o Consenso de Antígua, Guatemala, para uma Agenda para o Acesso Democrático ao Livro, à Leitura e à Escrita. Essa agenda, apresentada pela SEGIB (Ministério da Cultura e Meio Ambiente da Espanha) e pelo CERLALC (Cerlalc), buscava “facilitar a presença do livro na sociedade em condições de acesso equilibradas com outros bens de massa e de uso básico para a subsistência e o desenvolvimento humano”, segundo seu relatório explicativo.

Desde a aprovação da Agenda em 2018, o CERLALC e a SEGIB avançaram na resposta, através de suas ações e programas regionais, às propostas e recomendações estabelecidas no documento. Durante esse período, o Centro redobrou seus esforços para apoiar os países da região no fortalecimento e internacionalização de suas indústrias editoriais, analisou detalhadamente as transformações do setor e liderou fóruns de discussão com partes

interessadas em toda a cadeia do livro, cujas conclusões oferecem visões renovadas sobre as tendências e os desafios atuais do mercado editorial.

Além disso, desde 2018, o Cerlalc vem intensificando seus esforços para orientar a região na concepção, avaliação e implementação de políticas e planos de *LEO* (leitura, escrita e oralidade) através de seu programa Redplanes. Além disso, o centro criou o Sistema Ibero-Americano de Redes Nacionais de Bibliotecas (SIRBI), que, como programa permanente, busca promover o diálogo e o trabalho colaborativo entre os países ibero-americanos, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento e o desenvolvimento dos sistemas de bibliotecas escolares e públicas da região.

Embora esses avanços tenham ajudado 17 países a terem estratégias nacionais de leitura, ainda é necessário mais trabalho para desenvolver abordagens renovadas e mais amplas para práticas de alfabetização em leitura, garantir a sustentabilidade dessas estratégias e implementar ações que garantam

acesso total à cultura oral e escrita, especialmente para aqueles que vivem em áreas rurais e aqueles que pertencem a comunidades vulneráveis e historicamente marginalizadas.

Por sua vez, a SEGIB, no âmbito do Espaço Cultural Ibero-americano, tem dado continuidade e renovado os esforços para promover o acesso livre e gratuito à leitura e à informação de todas as pessoas, sem qualquer discriminação, por meio do Programa Ibero-americano de Cooperação Cultural para o desenvolvimento das Bibliotecas Públicas – Iberbibliotecas, atualmente integrado por 12 países e duas cidades ibero-americanas.

Nesse sentido, é importante mencionar a Agenda para o Desenvolvimento de uma Iberoamérica Leitora e Criativa (CERLALC, 2022a), que oferece recomendações para “orientar o desenvolvimento das bibliotecas na Iberoamérica e as políticas, planos e programas que envolvem a leitura, a escrita e a expressão oral como elementos centrais para o desenvolvimento pessoal e social”. Nesse sentido, a Agenda recomenda o fortalecimento institucional das bibliotecas através de políticas públicas e legislação que as consolide como espaços democráticos cruciais para a garantia dos direitos culturais, educacionais e sociais. No âmbito dos diálogos realizados para a elaboração dessa Agenda, representantes dos setores da leitura e das bibliotecas apontaram a persistência de desigualdades socioeconômicas na garantia dos direitos de acesso a conteúdos culturais e educacionais para determinadas populações.

Do mesmo modo, destacou-se a necessidade de gerar propostas alinhadas com os esforços globais para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas respectivas metas, como um aspecto fundamental para a renovação e o fortalecimento do setor LEO. Essa perspectiva articula-se, a partir da Conferência Ibero-americana, com os Planos de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-americana (PACCI) 2019-2022 e 2023-2026, cujo objetivo geral está focado no fortalecimento da comunidade ibero-americana e para o desenvolvimento sustentável da região no âmbito da Agenda 2030. Em particular, o seu Eixo Estratégico 5 busca «contribuir, a partir da diversidade e da riqueza da cultura ibero-americana, para o desenvolvimento sustentável».

No âmbito internacional, o ponto 13 do *Chamado à Ação MONDIACULT 2022* destaca “a importância de fortalecer as sinergias entre cultura e educação, reconhecendo o imperativo de uma educação sensível ao contexto, abrangendo patrimônio cultural, história e conhecimento tradicional”. Em relação à área de LEO, este chamado enfatiza a valorização da diversidade cultural, do multilinguismo e da alfabetização digital, bem como o investimento no papel educacional e social das bibliotecas.

Hoje, no âmbito dos debates internacionais sobre o papel da cultura no desenvolvimento sustentável, e com vistas à MONDIACULT 2025, é necessário atualizar a *Agenda para o Fortalecimento do Acesso Democrático ao Livro, à Leitura e à Escrita*, dando continuidade

aos seus postulados, reconhecendo os avanços regionais e renovando suas orientações estratégicas com uma visão orgânica e em coordenação com os compromissos regionais e internacionais com a cultura.

A Agenda de 2018 focou no ecossistema do livro, reconhecendo seu papel fundamental na construção da cidadania, na promoção da diversidade cultural e no fomento do diálogo intercultural. Como cadeia de valor que compreende a criação, produção, circulação, infraestrutura e acesso, o ecossistema do livro está intimamente ligado ao desenvolvimento social, econômico, educativo e das indústrias culturais. No entanto, esses ecossistemas na região são caracterizados por fortes desigualdades estruturais, características de sociedades marcadamente desiguais em termos sociais, econômicos e culturais, nas quais persistem lacunas históricas no acesso à leitura, à escrita e ao conhecimento.

Diante desse cenário, é responsabilidade inescapável dos Estados garantir o direito à leitura e ao livro através de políticas públicas ativas que promovam sua democratização, reconheçam seu valor coletivo e gerem mecanismos afirmativos que enfrentem as desigualdades no acesso à informação, à educação, à cultura, à ciência e à tecnologia.

A esse cenário atual soma-se o desafio — e a oportunidade — de abordar, a partir de uma perspectiva regional informada, o impacto da revolução digital impulsionada pela Inteligência

Artificial (IA) generativa, cujas transformações estão e continuarão a alcançar de forma cada vez mais ampla e profunda tanto as práticas de leitura quanto os modelos de produção, circulação e comercialização de livros.

Além disso, a atualização da *Agenda* considera ações específicas nas áreas de leitura, escrita e comunicação oral, bem como o fortalecimento das bibliotecas como espaços de grande importância social, essenciais para garantir a convivência, o acesso democrático ao livro, à leitura, à escrita, à comunicação oral e a outras práticas culturais. É também necessário incluir processos de capacitação dos atores do ecossistema *LEO* como condição essencial para a consolidação de políticas sustentáveis e culturalmente relevantes.

Embora o propósito da Agenda de 2018 fosse amplo e relevante, não foram propostas ações específicas nessa área em relação à promoção da leitura e da escrita, nem há qualquer referência à comunicação oral. Esta última é incorporada à nova Agenda de maneira orgânica e é concebida como uma competência linguística, textual e discursiva que promova o uso da palavra falada como um direito que possibilita a participação, a inclusão e o diálogo intercultural.

A oralidade é um fator identitário e um componente fundamental da cultura dos povos e das comunidades. Sua prática, além disso, constitui uma garantia dos direitos dos povos originários, que na região representam quase 10% da

população. A incorporação dessa abordagem torna esta Agenda coerente e alinhada, entre outros instrumentos, ao Plano de Ação da Ibero-América para a implementação dos direitos dos Povos Indígenas 2018-2028.

Em relação ao acesso à informação, este é considerado um bem público universal e constitui um direito fundamental que permite às pessoas exercer plenamente todos os direitos humanos. Nessa perspectiva, os 193 Estados-Parte da ONU que adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reconheceram esse acesso como um requisito e um fator-chave para alcançar o desenvolvimento sustentável e a alfabetização universal.

No entanto, em 2021, 30% desses países ainda careciam de garantias constitucionais ou de legislação que

efetivamente promovesse o direito de acesso à informação. Portanto, é necessário que a Agenda enfatize a importância da leitura como meio de acesso à informação, fomento do pensamento crítico, exercício da cidadania, combate à manipulação de informações e às notícias falsas, e participação ativa na vida democrática.

Nesse sentido, valorizar a leitura como forma de garantir o direito de acesso à informação é uma prioridade. Além disso, conforme destacado na Declaração de Lyon sobre Acesso à Informação e Desenvolvimento (IFLA 2014), as bibliotecas desempenham um papel fundamental na transmissão, organização e compreensão da informação, bem como na promoção da apropriação social do conhecimento.

Situação nos domínios da Agenda



Leitura, escrita, comunicação oral e bibliotecas

A crise educacional na América Latina e no Caribe tem dificultado o desenvolvimento de práticas fundamentais como a leitura, a escrita e a oralidade, essenciais para a aprendizagem, a participação cívica e a inclusão social. Essa situação afeta mais gravemente as populações mais vulneráveis e é sustentada por três fatores críticos: o investimento historicamente limitado nos setores educacional e cultural; a ausência de políticas públicas abrangentes para promover a leitura e os sistemas bibliotecários; e a fraca formação de professores, bibliotecários e mediadores de leitura.

Segundo o Banco Mundial, a UNICEF e a UNESCO (2022), a persistência dessas lacunas pode reduzir o PIB regional

em até 16% nas próximas décadas. Somado a isso, há um impacto direto na produtividade: o analfabetismo e a baixa alfabetização funcional geram perdas globais anuais superiores a US\$ 1,19 trilhão (*World Literacy Foundation* 2022), e cada perda de ponto nos testes do PISA representa uma redução cumulativa de 0,27 ponto no PIB ao longo de dez anos (*Education Endowment Foundation* 2022).

A preocupação com a qualidade da aprendizagem é um foco central da agenda educacional regional, conforme observado na publicação *A Urgência da Recuperação Educacional na América Latina e no Caribe* (UNESCO 2024b). Os resultados de leitura mostram que as condições necessárias para o pleno desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e oralidade ainda não foram alcançadas. Segundo o Estudo Regional Comparativo e Explicativo (ERCE), em 2019, 55,7% dos

alunos do ensino fundamental alcançaram níveis mínimos de proficiência. No nível médio, os resultados do PISA também mostram níveis baixos para a região: em 2022, apenas 45% dos alunos alcançaram níveis mínimos de proficiência em leitura. Somam-se a esses dados os impactos negativos na aprendizagem decorrentes da suspensão das aulas presenciais durante 2020 e 2021.

Atualmente, 17 países da região possuem atualmente políticas específicas de leitura, escrita, linguagem oral e biblioteca. No entanto, o desenvolvimento nessa área é desigual, tornando necessário consolidar os compromissos nacionais nos países que ainda não formularam políticas ou planos definidos. Desde a aprovação da Agenda em 2018, o CERLALC implementou ações de assistência técnica, intercâmbio e cooperação com o objetivo de fortalecer as políticas públicas de leitura, escrita, linguagem oral e biblioteca (LEOB) de seus países membros.

Nesse processo, a capacitação de atores-chave — como formuladores de políticas públicas, bibliotecários, mediadores e professores — continua sendo um desafio para a consolidação das práticas de leitura, escrita e oralidade em toda a região. Essa situação foi amplamente identificada durante o processo participativo de elaboração da Agenda de Prioridades para o Desenvolvimento de Bibliotecas e a Promoção da Leitura, da Escrita e da Oralidade na Iberoamérica, liderado pelo Cerlalc em 2021-2022.

Intimamente relacionado ao exposto, o papel das bibliotecas públicas e escolares vem se tornando cada vez mais importante no ecossistema da leitura. De acordo com o Programa Técnico 2024-2025 do CERLALC, e diversos relatórios do programa IberoBibliotecas, os países-membros começaram a incorporar abordagens em seus sistemas de bibliotecas que respondem às transformações contemporâneas nas práticas e espaços de leitura, escrita e oralidade, em consonância com os princípios de acesso, participação, inclusão e equidade. Nesse sentido, torna-se cada vez mais urgente avançar para a transformação da biblioteca como um espaço democrático de encontro, desenvolvimento social, aprendizagem ao longo da vida e participação cultural. No entanto, persistem lacunas significativas entre as bibliotecas públicas e escolares, bem como entre as áreas urbanas e rurais, o que se traduz em menos oportunidades de acesso a livros, leitura, escrita, comunicação oral e serviços bibliotecários nas áreas mais desfavorecidas.

Ecossistema do livro

A dinâmica de produção, circulação e acesso a livros passa por um processo de transformação acelerada, impulsionada por múltiplos fatores. Entre eles, a diversificação de modelos de negócios e novas configurações de complementaridade e competição entre livros, e a

crescente oferta digital de conteúdo que proporciona acesso a informações e opções de entretenimento. Soma-se a isso o surgimento, a rápida expansão e a evolução contínua da inteligência artificial generativa, uma tecnologia tão recente quanto disruptiva.

Embora, de uma perspectiva agregada, os volumes de publicações e os fluxos de comércio de livros na região tenham experimentado um crescimento sustentado, o ecossistema editorial ibero-americano continua condicionado por persistentes desigualdades estruturais, que dificultaram — e continuam a dificultar — a consolidação de um espaço verdadeiramente democrático.

Em primeiro lugar, persiste um desequilíbrio acentuado entre os países com maior desenvolvimento editorial e presença no mercado regional. A Espanha está consolidando sua posição como o principal centro editorial em língua espanhola, com produção, capacidade de exportação e infraestrutura industrial muito superiores às de outros países ibero-americanos. Em 2024, a Espanha registrou 87.542 títulos (68% impressos e 32% digitais) (*Federación de Gremios de Editores de España*, 2025), em comparação com 31.574 registros na Argentina (72% impressos e 28% digitais) (*Cámara Argentina del Libro*, 2025), no México com 28.469 títulos registrados (67% impressos, 31% digitais e 2% audiolivros) (CANIEM, 2025) e na Colômbia com 21.826 registros de ISBN (63,7% impressos, 35% digitais e 1,3% audiolivros) (*Cámara Colombiana del Libro*, 2025). Em outras palavras, a Espanha

tem mais registros do que os três principais mercados de livros da América Latina juntos, bem como um superávit comercial editorial acentuado e persistentemente desequilibrado a seu favor em comparação com os países latino-americanos. Por outro lado, infelizmente, há pouca troca editorial entre os países de língua espanhola e portuguesa, o que tem levado ao desperdício do potencial de diálogo cultural e intercâmbio comercial.

Essas assimetrias respondem não apenas à dinâmica do mercado, mas também à ausência de políticas públicas abrangentes que favoreçam a circulação regional de livros e o fortalecimento do setor editorial nos diferentes países. Obstáculos alfandegários, falta de coordenação interministerial e estratégias de internacionalização precárias dificultam a consolidação de um cenário editorial ibero-americano mais equilibrado e diverso. Avançar para um mercado editorial mais integrado é condição fundamental para o fortalecimento da circulação regional de um patrimônio editorial que transmita a rica diversidade de expressões culturais de nossos países, bem como para permitir o crescimento e a profissionalização de pequenas e médias editoras e demais atores envolvidos na produção e circulação de livros.

Em segundo lugar, os mercados editoriais ibero-americanos não são estranhos à crescente concentração editorial que se verifica em todo o mundo desde pelo menos a década de 80. Isso deu origem a mercados de

livros caracterizados por uma polarização acentuada entre um pequeno número de grandes grupos que detêm uma parcela significativa do mercado e um amplo universo de pequenas editoras com perspectivas limitadas de crescimento sustentado (Cerlalc, 2022B). Entre esses dois extremos encontra-se um grupo limitado de editoras de médio porte que, ao tentar expandir-se, enfrentam tensões estruturais: o aumento de custos e das exigências organizacionais nem sempre se traduz em maior competitividade em relação a players maiores.

Essa concentração se manifesta em múltiplos níveis: volumes de produção e vendas, perfis editoriais, níveis de profissionalização, capacidade de influenciar o funcionamento do mercado e possibilidades de coordenação institucional. Em alguns contextos, essa fragmentação se estende até mesmo à existência de representações setoriais diferenciadas, o que limita o desenvolvimento de agendas comuns e o diálogo coordenado com os Estados.

Nesse sentido, o mercado espanhol apresenta uma dinâmica um tanto distinta, oferecendo um ambiente comparativamente mais favorável à sobrevivência e ao desenvolvimento de pequenas e micro editoras e livrarias, em parte pela dimensão de seus mercados interno e externo, mas também pela configuração de seu sistema de distribuição e comercialização, além de uma política pública de longa data de apoio ao setor editorial.

Uma parcela significativa das editoras independentes na América Latina possui um potencial exportador significativo, tanto cultural quanto economicamente, com catálogos diversificados e forte presença de autores nacionais. No entanto, esse potencial enfrenta obstáculos estruturais que dificultam seu alcance internacional. Apesar do reconhecimento público que recebem dos governos, persistem barreiras legais, tarifárias e administrativas que restringem o comércio e desestimulam sua participação sustentada em circuitos internacionais.

Um terceiro nível de desequilíbrio é observado nas desigualdades estruturais nos mercados nacionais, especialmente no que diz respeito aos sistemas de distribuição e comercialização de livros. Em muitos países latino-americanos, há uma persistente falta de redes de distribuição nacionais que sejam eficientes, economicamente viáveis e acessíveis a uma ampla gama de editoras. Essa deficiência impacta diretamente a capacidade de crescimento das pequenas editoras, que não possuem os recursos necessários para desenvolver suas próprias estruturas de distribuição em escala regional. Por sua vez, essa limitação impacta negativamente o desenvolvimento de livrarias em áreas distantes dos grandes centros urbanos e restringe o acesso efetivo aos livros para amplos segmentos da população.

Embora a expansão do comércio eletrônico e a presença digital de livrarias e editoras sediadas em grandes cida-

des tenham compensado parcialmente a baixa densidade de livrarias físicas em muitos países da região, a indústria editorial permanece frágil. Além disso, é importante enfatizar que as livrarias não cumprem apenas uma função comercial, mas também operam como espaços culturais primordiais para a apreciação simbólica dos livros e a promoção da leitura.

Outro problema pelo qual a publicação latino-americana está passando é a falta de sistematização e integração informacional entre os atores da cadeia de suprimentos. A ausência de protocolos definidos, documentação padronizada e sistemas eficazes para gerenciar e trocar metadados sobre as ofertas disponíveis gera ineficiências significativas e constitui um obstáculo ao desenvolvimento do ecossistema editorial em ambientes digitais.

Um aspecto inevitável neste momento é o surgimento da inteligência artificial generativa, uma inovação tecnológica recente que representa um desafio significativo para o ecossistema do livro. Sua adoção ocorre em um contexto marcado pelas desigualdades estruturais mencionadas, o que exige que sua implementação seja orientada de forma a contribuir para o equilíbrio do sistema, em vez de aprofundar as assimetrias existentes. É também uma tecnologia com potencial para ter um impacto transversal e profundo em todos os processos relacionados à criação, produção, circulação e acesso aos livros. Embora ainda esteja em estágio inicial de desenvolvimento, impactos

diferenciados já começam a ser percebidos, dependendo das capacidades, papéis e recursos dos diferentes atores do setor. De acordo com uma pesquisa realizada no final de 2024 pelo Cerlalc e pelo Centro de Estudos e Políticas Públicas sobre o Livro (UNSAM) (Cerlalc e UNSAM 2025), 87,2% dos entrevistados defendem a implementação de um marco regulatório específico para o uso de IA no setor editorial: 50,1% exigem regulamentação rigorosa e 37,1% regulamentação moderada. Além disso, 74,3% enfatizam a necessidade de promover treinamento e capacitação como forma de incentivar o uso mais transparente e responsável dessas tecnologias emergentes. Além disso, as preocupações com a potencial violação de direitos autorais são amplamente compartilhadas entre as diversas partes interessadas no ecossistema editorial.

Finalmente, a preocupação com o impacto ambiental da indústria editorial está se tornando cada vez mais relevante. A acumulação de inventário não vendido, a superprodução e o uso ineficiente de recursos naturais revelam uma lógica operacional ecologicamente insustentável. A adoção de tecnologias de impressão sob demanda ou ferramentas digitais para gestão de estoque pode contribuir para uma maior eficiência, mas os governos precisarão promover estratégias de políticas públicas que articulem a sustentabilidade ambiental e a inovação tecnológica no setor.

O papel dos Estados e da cooperação



A presença do Estado, tanto em seu papel regulador quanto em sua capacidade de dinamização através de políticas públicas, é incontornável em qualquer análise que vise à promoção da leitura, da escrita, da oralidade e das bibliotecas, bem como ao desenvolvimento de um ecossistema editorial sólido, equilibrado e inclusivo. No campo da leitura, a atuação do Estado desempenha papel fundamental e insubstituível, não apenas na ampliação do número de leitores, mas também na promoção da formação de indivíduos autônomos, com pensamento crítico, que tenham a oportunidade de exercer a cidadania plena, construir uma vida digna e participar das transformações que seu meio demanda. O desenvolvimento de hábitos sólidos de leitura envolve um processo contínuo de apoio ao desenvolvimento de gostos, interesses e habilidades, que não pode ser subordinado exclusivamente à dinâmica do

mercado ou à atuação individual de mediadores ou famílias. Nesse sentido, é fundamental que os Estados assumam o compromisso de promover políticas públicas que garantam o acesso equitativo ao livro e a espaços de leitura de qualidade para todas as pessoas, desde a primeira infância e ao longo da vida.

Em primeiro lugar, no que diz respeito às políticas de LEOB, apesar dos avanços significativos alcançados na região, é necessário reconhecer que a mera existência de políticas e planos, embora essenciais, não é suficiente para garantir ações efetivas que democratizem o acesso às práticas jurídicas. Mesmo quando essas políticas são oficialmente adotadas e desenvolvidas por meio de processos participativos e consultivos, é essencial um sólido apoio institucional e mecanismos de governança que permitam sua implementação efetiva. Da mesma forma,

é essencial uma vontade política sustentada, sem a qual os princípios e objetivos consagrados nessas políticas dificilmente se materializarão.

Situações políticas, mudanças de governo — que trazem consigo a identificação e o enfoque de novas prioridades — e as crises institucionais, sociais ou econômicas que diversos países da região vivenciaram nos últimos anos impactam diretamente a continuidade das ações e os resultados alcançados. Algumas posturas reduzem a interpretação a uma função meramente instrumental; outras sequer a consideram entre as prioridades para o desenvolvimento nacional. Além disso, a falta de coordenação intersetorial e interinstitucional representa um desafio significativo para a governança e a operacionalização de planos e políticas.

De uma perspectiva baseada em direitos — que considera a leitura, a escrita e a fala como fatores facilitadores para o pleno exercício dos direitos humanos — é imperativo priorizar os setores com as maiores lacunas de acesso. Em uma região que vivencia o maior movimento migratório de sua história recente, segundo organizações internacionais, os planos também devem abordar os migrantes, dadas as múltiplas violações de seus direitos. Da mesma forma, há uma necessidade urgente de fortalecer estratégias voltadas à proteção e promoção da diversidade linguística e cultural. Embora tenha havido progresso, muitas línguas indígenas permanecem em risco de extinção, o que exige ações decisivas dos planos de leitura.

Em comparação com as etapas anteriores dessas políticas na região, o espectro populacional atendido expandiu-se significativamente. No entanto, a maioria das estratégias continua se concentrando em indivíduos já alfabetizados. Considerando a leitura como uma ferramenta de inclusão e democratização do conhecimento, é responsabilidade das políticas garantir que todas as pessoas desenvolvam habilidades, acessem recursos e tenham oportunidades de se alfabetizar.

Nesse sentido, as estratégias devem adotar uma abordagem de aprendizagem ao longo da vida, com foco decisivo na alfabetização inicial e em ações voltadas para adultos e idosos. A transição demográfica em curso na região exige que as pessoas idosas possam usar a palavra escrita e oral como base para a aprendizagem contínua, a participação social ativa e a demanda por seus direitos. Diante dos quase 29 milhões de adultos na América Latina e no Caribe que não sabem ler nem escrever (UNESCO 2024a), a alfabetização não pode continuar sendo apenas uma tarefa do sistema educacional; também deve ser uma responsabilidade dos planos de leitura.

Apesar dos avanços no reconhecimento da leitura como um direito, as profundas mudanças em curso — nas esferas social, política, econômica, ambiental e tecnológica — alertam para a urgência de continuar fortalecendo as práticas de LEO. Essas práticas devem garantir aos cidadãos a

oportunidade de pensar criticamente, agir com autonomia e tomar decisões sobre suas vidas e as de suas comunidades. Nessa perspectiva, é possível identificar diversos desafios atuais para as políticas de leitura na Ibero-américa, visando um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

O primeiro desses desafios é ampliar nossa compreensão e abordagem da leitura. É essencial incorporar contribuições recentes da neurociência e de outras disciplinas que demonstrem o papel crucial da leitura e da comunicação na aprendizagem e no desenvolvimento integral dos indivíduos. As autoridades responsáveis pela formulação e implementação de políticas de leitura têm a responsabilidade de integrar essas evidências e basear suas ações em estudos e dados científicos que apoiem e orientem a ação pública.

Nesse sentido, compreender o mundo atual exige mais do que o domínio do código alfabético. Envolve também o desenvolvimento de habilidades para o uso crítico da informação, da mídia e das ferramentas digitais, cada vez mais presentes em nosso cotidiano. A proliferação de notícias falsas, o avanço da inteligência artificial e os novos espaços digitais de participação cidadã evidenciam a necessidade de adotar múltiplas abordagens de letramento, em particular a alfabetização midiática e informacional.

Também é crucial superar a dicotomia entre leitura no papel e na tela, e adotar perspectivas que reconheçam

tanto os riscos quanto as oportunidades do ambiente digital. É necessário criar espaços de leitura renovados, não mais concebidos apenas como espaços dedicados à leitura silenciosa, individual e concentrada, mas sim como laboratórios sociais de criação, encontro e inovação, capazes de responder às mais variadas formas de leitura da atualidade. Essa visão deve ser articulada com as linguagens artísticas e as expressões culturais, fortalecendo assim o acesso à cultura e a participação ativa em sua produção e difusão.

Em relação ao ecossistema editorial, há amplo consenso sobre o papel estratégico que o Estado deve desempenhar para corrigir desequilíbrios estruturais, remover obstáculos persistentes e garantir condições sustentáveis para o crescimento, a diversidade e a democratização do acesso ao livro e à leitura. No entanto, a experiência acumulada em diferentes países da região revela fragilidades significativas na concepção, implementação e sustentabilidade de políticas públicas nessa área. Fatores recorrentes incluem recursos dedicados insuficientes, falta de continuidade entre as administrações, disponibilidade limitada de equipes técnicas com conhecimento especializado do setor e fraca coordenação com os atores produtivos da cadeia editorial. Essas limitações afetaram negativamente a eficácia das intervenções estatais e contribuíram para minar a confiança do setor na capacidade de ação pública.

O Estado também tem um papel fundamental a desempenhar nos processos de transformação digital. Todas as etapas da cadeia de valor editorial — da produção e marketing à comunicação e acesso — são atualmente influenciadas pela dinâmica digital, tornando essencial que os Estados desenvolvam medidas destinadas a reduzir a lacuna entre as editoras em termos de infraestrutura, competências e capacidade de adaptação tecnológica. Nesse contexto, o surgimento da inteligência artificial generativa introduz novos desafios que exigem atenção específica. É necessário não apenas promover o desenvolvimento de competências técnicas e garantir o acesso às ferramentas digitais, mas também elaborar políticas públicas que incentivem o uso informado e estratégico dessas tecnologias por atores relativamente menos desenvolvidos — em particular, as pequenas e médias editoras —, ao mesmo tempo em que estabelecem marcos regulatórios adequados que minimizem seus potenciais efeitos negativos sobre a obra criativa e os direitos autorais.

O Estado deve também assumir um papel ativo como regulador face aos riscos colocados pela crescente concentração de poder nas mãos de certos intervenientes no mercado global. O caso das grandes plataformas de comércio eletrônico é particularmente ilustrativo: seu domínio simultâneo sobre segmentos-chave do comércio de livros físicos e digitais, a coleta massiva de dados de consumidores, o uso opaco de algoritmos de recomendação e sua expansão para o mercado edito-

rial constituem desafios significativos para a diversidade cultural, a transparência do mercado e a sustentabilidade do setor editorial ibero-americano.

Outra fragilidade estrutural na qual os Estados devem desempenhar um papel importante é a falta de informações sistemáticas, atualizadas e confiáveis sobre o funcionamento dos mercados nacionais de livros. Essa limitação dificulta a formulação e a implementação de políticas eficazes e restringe a capacidade de tomada de decisões estratégicas tanto do setor público quanto do privado. A produção, a integração e a circulação de dados — incluindo catálogos digitais nacionais acessíveis — continuam insuficientes, e os esforços do setor privado não conseguiram reverter essa situação. Dada sua capacidade institucional, técnica e de coordenação, cabe ao Estado assumir, liderar ou coordenar a construção desses sistemas de informação, em coordenação com as partes interessadas do setor. Tal estratégia poderia até mesmo levar à criação de uma plataforma regional compartilhada.

Por outro lado, é imperativo rever e adaptar os marcos regulatórios que regem o comércio internacional de livros para facilitar a circulação regional e alavancar de forma mais eficaz o potencial cultural e econômico representado por uma língua comum. Além das barreiras administrativas que atualmente dificultam o comércio, muitos países ainda possuem regulamentações alfandegárias e tributárias projetadas para operações comerciais de grande

porte, inadequadas à dinâmica do setor editorial, especialmente no que diz respeito à exportação e importação de pequenos volumes. Somam-se a isso as exigências tributárias para entradas de divisas, que muitas vezes não correspondem às condições usuais de pagamento para transações internacionais. A atualização desses marcos removeria obstáculos estruturais e avançaria na construção de um espaço editorial regional mais dinâmico, integrado e acessível.

O desenvolvimento de um ecossistema editorial ibero-americano mais integrado, democrático e sustentável exige avanços na concepção e implementação de políticas públicas que combinem visão estratégica, sustentabilidade institucional e capacidade de resposta aos desafios emergentes do setor. Embora alguns países tenham conseguido consolidar marcos regulatórios, institucionais e orçamentários para o desenvolvimento do livro, da leitura e da escrita, outros ainda enfrentam lacunas significativas em termos de vontade política, disponibilidade de recursos e capacidades técnicas.

Neste contexto, é essencial trabalhar no fortalecimento das capacidades institucionais dos Estados ibero-americanos, tanto no âmbito de organizações específicas de livros e leitura, como na sua coordenação com outros setores-chave: educação, cultura, comércio, indústria, relações exteriores, tecnologias da informação e ambiente. A existência de equipas técnicas capacitadas, com continuidade administrativa e legitimidade setorial,

é condição necessária para garantir a eficácia das políticas públicas, bem como a sua sustentabilidade ao longo do tempo perante possíveis mudanças de governo ou a circunstâncias orçamentais adversas.

Destaca também a necessidade de avançar na institucionalização de mecanismos estáveis de financiamento, avaliação e atualização de políticas. Ter instrumentos permanentes que permitam monitorar sua implementação, medir resultados e fazer ajustes oportunos contribuirá para consolidar uma governança pública mais robusta, eficiente e transparente dos livros.

A diversidade estrutural, cultural e institucional dos países ibero-americanos torna necessária a incorporação de abordagens diferenciais e contextuais na formulação e execução das políticas. Longe de aplicar modelos homogêneos, é preciso reconhecer as especificidades de cada território, suas capacidades instaladas, suas dinâmicas culturais e suas tradições institucionais. Esta abordagem permitirá a construção de políticas mais relevantes, eficazes e sustentáveis, de acordo com as necessidades reais dos diferentes atores e populações do ecossistema do livro.

Diante desse cenário, o papel do Cerlalc como instância regional de articulação, cooperação e assistência técnica adquire relevância estratégica. Sua experiência acumulada, legitimidade técnica e capacidade de diálogo multilateral permitem que ela desempenhe um duplo papel: por um lado,

como mecanismo regional que sistematiza e monitora o estado das políticas públicas sobre livros e leitura nos países membros, identificando avanços, lacunas e desafios comuns; e, por outro, como uma plataforma de acompanhamento ativo, capaz de fornecer assistência diferenciada aos Estados que dela necessitem para a concepção, implementação e avaliação de suas políticas.

Por su parte, la SEGIB, a través del Espacio Cultural Iberoamericano (ECI), Área Prioritaria de la Cooperación, impulsa MONDIACULT, articula el diálogo regional sobre políticas culturales y su desarrollo, y coordina 14 programas de cooperación cultural implementados en los 22 países de la Comunidad Iberoamericana. Asimismo, organiza junto con la SPT y con el apoyo de la OEI, la Conferencia Iberoamericana de Ministros y Ministras de Cultura, implementa la Estrategia Iberoamericana de Cultura y Desarrollo Sostenible (EICDS) y, con el acompañamiento de otros organismos internacionales y diversas redes, fomenta principalmente la investigación académica sobre cultura y desarrollo.

Em suma, a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva requer priorizar políticas públicas que fortaleçam o livro, a leitura, a escrita, a oralidade e as bibliotecas como componentes essenciais do desenvolvimento educacional, cultural e cidadão, bem como o desdobramento público de ações decisivas para consolidar um ecossistema editorial equilibrado e inclusivo, que promova

a diversidade, a sustentabilidade e a circulação regional de bens culturais. O direito à informação deve ser um princípio orientador transversal de todas essas políticas. Para tal, é essencial o compromisso sustentado dos Estados, a articulação com os diferentes atores do setor e uma arquitetura regional de cooperação que assegure tanto o acompanhamento como a projeção coletiva.

Objetivos



Objetivo geral

Instar os governos da região a elaborar, implementar e garantir a sustentabilidade das políticas públicas relacionadas ao livro, à leitura, à escrita, à expressão oral e às bibliotecas, a fim de contribuir para o pleno exercício dos direitos educacionais e culturais, garantindo o acesso democrático ao livro, à informação e à cultura oral e escrita, e promovendo o pensamento crítico, a cidadania, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Objetivos específicos

1. Facilitar a circulação social de livros e o acesso equitativo à informação, promovendo ambientes propícios à leitura, à escrita e à fala, e fortalecendo a cidadania democrática.
2. Promover a bibliodiversidade e a sustentabilidade do ecossistema editorial, apoiando setores editoriais dinâmicos, diversos e inclusivos, em linha com as transformações contemporâneas na produção e circulação de conteúdo, bem como com as práticas culturais contemporâneas.
3. Reconhecer e garantir o direito à leitura em todas as suas formas, incluindo a leitura crítica como prática essencial para a qualidade educacional, produção de conhecimento, autonomia intelectual e participação cidadã.
4. Promover o exercício ativo da leitura, da escrita e da fala como práticas para o desenvolvimento do pensamento crítico e a transformação dos ambientes e condições de vida das pessoas.
5. Fortalecer o papel do livro como um bem cultural e econômico, por meio de políticas que estimulem sua produção, circulação e acesso, garantindo a proteção dos direitos autorais como base fundamental para a criação e sustentabilidade do setor editorial.
6. Incorporar critérios de sustentabilidade ambiental em toda a cadeia de valor do livro, promovendo práticas responsáveis na sua produção, distribuição e consumo.

Princípios e abordagens



Os princípios que norteiam esta *Agenda* baseiam-se numa compreensão ética, política e social dos livros, da leitura, da escrita, da tradição oral e das bibliotecas como práticas fundamentais para a vida comunitária. Esses conceitos não apenas fornecem um quadro regulamentar, mas também expressam uma visão de sociedade na qual a dignidade, a pluralidade e a justiça ocupam um lugar central.

Os princípios que norteiam as ações propostas são os seguintes, entendidos como fundamentos essenciais para garantir o acesso democrático à cultura escrita e o pleno desenvolvimento das capacidades humanas:

Diversidade:

Reconhecimento da pluralidade humana como valor. Afirma que as diferenças — culturais, físicas, sociais ou de identidade — não devem apenas ser toleradas, mas apreciadas como parte do bem comum.

Interculturalidade:

Uma relação ética entre culturas baseada no diálogo e na reciprocidade. Envolve a construção de espaços onde nenhuma cultura se impõe e todos podem dialogar, trocar e se enriquecer mutuamente.

Democracia:

Uma condição política e ética para a vida em comum. Baseia-se na participação, na livre expressão, na dissidência legítima e na construção de acordos em igualdade de condições.

Justiça:

Compromisso com a equidade real e o desenvolvimento das capacidades humanas. Não basta garantir a igualdade perante a lei; é preciso também criar condições que permitam que todas as pessoas vivam com dignidade e realizem seu potencial.

Equidade:

Distribuição diferenciada de recursos para a igualdade substantiva. Reconhece as desigualdades de origem e promove respostas justas que permitam igualdade de acesso a oportunidades e desenvolvimento pessoal e coletivo.

Abordagem diferencial:

Reconhecimento ativo das desigualdades históricas. Promove medidas específicas que permitam o exercício efetivo dos direitos dos grupos excluídos, respeitando suas origens, identidades e conhecimentos.

Inclusão:

Participação plena e significativa na vida coletiva. Envolve a remoção de barreiras estruturais para que todas as pessoas, sem exceção, possam contribuir, pertencer e tomar decisões na sociedade.

Intersetorialidade:

Coordenação entre setores para alcançar respostas abrangentes. Busca superar a fragmentação institucional, reconhecendo que os problemas sociais são complexos e exigem coordenação sustentada entre os diferentes setores de políticas públicas.

Eixos temáticos e ações



Leitura, escrita e oralidade

1.

Garantir o direito à leitura, à escrita e à comunicação oral desde a primeira infância e ao longo da vida

Promover políticas públicas que garantam pleno acesso à leitura, à escrita e à comunicação oral desde a primeira infância e ao longo da vida, fomentando a participação cultural de todas as pessoas em igualdade de condições.

2.

Reconhecer a importância das habilidades de leitura para acessar informações e conhecimento

Reconhecer a importância das habilidades de leitura para acessar informações e conhecimento é de extrema importância garantir que todos tenham

acesso, entendam, usem e compartilhem as informações necessárias para promover o desenvolvimento sustentável e sociedades democráticas, nas quais as pessoas tenham a capacidade não apenas de adquirir informações, mas também de transformá-las em conhecimento e compreensão, permitindo-lhes melhorar seus meios de subsistência e contribuir para o desenvolvimento social e econômico de suas sociedades.

3.

Reconhecer e promover a diversidade de modalidades e práticas de leitura, escrita e oralidade

Promover o direito à multiplicidade de formas de ler, escrever, falar, acessar e produzir conhecimento e de abordar textos, reconhecendo a diversidade de práticas, habilidades, linguagens e modos de se relacionar com a textualidade.

Isso se torna ainda mais importante em um mundo onde a ciência e a tecnologia estão transformando rapidamente a leitura, a escrita e as práticas relacionadas ao conhecimento. Portanto, iniciativas de alfabetização funcional baseadas no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes conducentes à participação e à construção de sociedades pacíficas e sustentáveis devem ser fortalecidas (Cidadania Ativa, Pensamento Crítico e Participação Social na Escola: Diretrizes para a Alfabetização Midiática e Informacional, Cerlalc, 2021).

Isso é de grande relevância em uma era em que o conhecimento formal é cada vez mais mediado por tecnologias digitais. O ODS 10, que se concentra na redução das desigualdades, fornece um importante impulso para promover essas agendas na próxima década (Desenvolvimento e Acesso à Informação, IFLA, 2019).

4.

Fortalecer e diversificar os sistemas bibliotecários

Apoiar o desenvolvimento, a renovação e a revitalização de bibliotecas públicas, escolares, comunitárias, rurais e prisionais, bem como bibliotecas em espaços não convencionais (como praças de mercado, hospitais e centros infantis), com atenção especial para diminuir a distância entre áreas rurais e urbanas.

Isso impacta diretamente o direito de acesso à informação e ao conhecimen-

to. Para a região, que possui territórios marcados por uma lacuna entre áreas rurais e urbanas, não apenas o desenvolvimento e o fortalecimento de bibliotecas são importantes, mas também a concepção e a implementação de espaços não convencionais onde os livros estejam presentes. Isso envolve levar livros a locais remotos ou de difícil acesso, pois isso é crucial para atender às necessidades de conhecimento de pessoas pobres e marginalizadas.

5.

Promover a formação e o desenvolvimento de capacidades

Promover processos de formação e profissionalização dirigidos a mediadores, bibliotecários, professores e outros atores do ecossistema LEOB, que fortaleçam as suas capacidades de promoção da leitura, escrita e oralidade, e de resposta eficaz às exigências e necessidades das comunidades nos seus diferentes contextos.

O fortalecimento das capacidades desses atores está previsto no Programa Técnico Cerlalc 2024-2025, que destaca a “necessidade de formação contínua para compreender e abordar questões estratégicas relacionadas às práticas LEO, como alfabetizações múltiplas, vínculo entre práticas letradas, participação democrática e direitos do cidadão; abordagens diferenciais, aprendizagem, leitura e informação no ecossistema digital, entre outros”.

6.

Promover a interculturalidade e a preservação da diversidade linguística e dos conhecimentos tradicionais

Sob a abordagem diferencial, a interculturalidade é incorporada como um tema transversal, reconhecendo, promovendo e preservando as línguas nativas e os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, bem como os conhecimentos comunitários presentes nos territórios, como parte fundamental das políticas de LEOB. Isso está em consonância com instrumentos internacionais como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2007), a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005).

A língua e as tradições orais desempenham um papel vital na preservação da identidade cultural dos povos, pois desempenham um papel central na transmissão de conhecimentos e práticas culturais, salvaguardando o patrimônio cultural imaterial.

7.

Promover a investigação e a produção de conhecimento especializado

Promover a pesquisa e a geração de estudos e relatórios sobre leitura, comunicação oral, escrita e bibliotecas,

em coordenação com universidades, institutos de pesquisa, organizações e especialistas. Isso é relevante considerando o complexo cenário social da região, juntamente com os desafios enfrentados pelas políticas de leitura, escrita e comunicação oral e pelos sistemas de bibliotecas em termos de sustentabilidade e relevância (Programa Técnico CERLALC 2024-2025). A geração de conhecimento permitirá a tomada de decisões estratégicas, bem como a avaliação e orientação de políticas e ações nas áreas de LEOB.

Ecosistema do livro

1.

Promover um ecossistema editorial forte, profissional e diversificado

Promover um ecossistema editorial diverso, o acesso a livros em toda a sua diversidade e uma cultura do livro enraizada na experiência da leitura, na reflexão e no encontro, por meio de políticas públicas e ações estatais que reduzam as profundas desigualdades que assolam os mercados do livro na região. Essas políticas devem incluir tanto a proteção efetiva dos direitos autorais quanto o apoio contínuo às editoras, especialmente as independentes.

Da mesma forma, é essencial promover a profissionalização de todos os atores da cadeia de valor do livro, oferecendo oportunidades de treinamento. Em

um ambiente de intensa competição, é especialmente importante fortalecer a capacidade de editoras, autores e livrarias de se comunicarem com os leitores, o que resulta em maior visibilidade, circulação e comercialização de livros diante da crescente concorrência de outras ofertas culturais e de entretenimento no ambiente digital.

2.

Facilitar a circulação regional e internacional de livros

Implementar medidas para fortalecer a integração editorial regional, incluindo ações legislativas, revisões de tarifas postais e medidas tarifárias e não tarifárias, bem como apoio à tradução do espanhol para o português e vice-versa, e estratégias para fomentar acordos de copublicação entre editoras de diferentes países da região, como forma de expandir catálogos, reduzir custos e aumentar o alcance das publicações.

Promover a internacionalização dos livros através de políticas e estratégias sustentadas que promovam a sua presença em mercados extrarregionais. Apoiar a participação em feiras internacionais, promover programas de tradução para outros idiomas e residências para autores e editoras e promover a inclusão de títulos regionais em plataformas de distribuição global. Promover a venda de direitos de tradução e direitos subsidiários, como direitos audiovisuais, favorecendo tanto o reconhecimento simbólico quanto o retorno econômico nos mercados internacionais para a produção editorial regional.

3.

Promover um acesso mais amplo e equitativo aos livros

Desenvolver ações que contribuam para um acesso maior e mais equitativo ao livro, entendido como bem cultural essencial, por meio de políticas que combatam as desigualdades estruturais do mercado, previnam a concentração do mercado e estimulem a demanda.

Apoiar a criação, manutenção e expansão de livrarias, especialmente as independentes, como atores-chave para aumentar e facilitar o acesso à leitura, promover a cultura do livro, garantir a produção bibliodiversa e contribuir para o desenvolvimento de editoras independentes, em todo o território de cada país, considerando as acentuadas desigualdades existentes em termos de circulação, comercialização e acesso a uma ampla e diversificada oferta editorial.

4.

Incorporar critérios de sustentabilidade ambiental no setor editorial

Apoiar o setor na adoção de práticas responsáveis que minimizem o impacto ambiental da produção, distribuição e comercialização de livros, contribuindo para uma transição rumo a modelos sustentáveis.

5.

Enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades da inteligência artificial com foco nos direitos e no trabalho criativo

Desenvolver políticas públicas que regulem o uso da inteligência artificial na indústria editorial, promovendo seu uso responsável como ferramenta de inovação e eficiência. Essas políticas também devem se concentrar na proteção dos direitos autorais e na garantia da qualidade e remuneração do trabalho daqueles que compõem o núcleo criativo do setor, como ilustradores, tradutores e escritores.

6.

Implementar um mecanismo de seguimento e apoio às políticas públicas do livro

Nesse contexto, considera-se estratégica a consolidação de um mecanismo regional de monitoramento e acompanhamento no campo das políticas públicas do livro, que permitirá monitorar os avanços, identificar obstáculos e oferecer orientações técnicas ajustadas às necessidades específicas de cada país, bem como promover a geração de estudos sistemáticos sobre os mercados nacionais e regionais do livro como insumo fundamental para conhecer a dinâmica de produção e comercialização do livro, a fim de contribuir para o desenho de ações públicas adequadas. Propõe-se que o Cerlalc assuma um papel articulador nesse processo, visando tanto a análise

comparativa quanto o fortalecimento institucional dos Estados por meio de instâncias de cooperação técnica e capacitação.

Conclusões



A experiência histórica mundial, e a ibero-americana em particular, mostra que o papel do Estado em matéria cultural é essencial não só para fortalecer o ecossistema do livro e as habilidades de leitura, escrita e oralidade, mas também para reduzir as acentuadas desigualdades e problemas estruturais que os atravessam. Sem uma ação pública sustentada, estes desequilíbrios tendem a perpetuar-se e a agravar-se, impactando negativamente o volume, a diversidade e a qualidade da produção, da circulação e do acesso a bens e informações simbólicos.

Essa necessidade se torna ainda mais premente à luz das rápidas mudanças dos últimos anos, que transformaram profundamente as práticas culturais. Por um lado, há transformações significativas nos modos de produção e circulação de conteúdo, impulsionadas pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação, bem como pelo surgimento da inteligência artificial generativa. Por outro, há dinâmicas sociais, políticas e econômicas – como a migração, o aumento da desigualdade e a fragmentação do tecido social

– que afetam diretamente as formas de comunicação, socialização e participação cultural. Nesse contexto, esta Agenda é, antes de tudo, um apelo para que os Estados assumam um papel ativo, estratégico e comprometido nas áreas da cultura aqui abordadas.

A título de síntese, é apresentada uma série de aspectos que os Estados devem considerar e tratar como prioritários.

No campo da leitura, da escrita e da oralidade, é fundamental que as políticas públicas reconheçam essas práticas como condições essenciais para o exercício dos direitos humanos e para a plena participação na vida social, educativa e cultural. Neste contexto, a resolução das profundas lacunas de acesso continua sendo uma prioridade inevitável. As desigualdades socioeconômicas, territoriais, culturais e linguísticas afetam particularmente as populações rurais, migrantes e vulneráveis, pelo que é essencial promover ações que garantam o acesso equitativo à cultura oral e escrita.

Ao mesmo tempo, a diversidade cultural da Iberoamérica exige políticas que valorizem o multilinguismo, fomentem a alfabetização digital e promovam o diálogo intercultural, reconhecendo a comunicação oral como meio fundamental de participação cidadã e transmissão de conhecimento. Essa abordagem deve estar presente em todas as etapas da formulação, implementação e avaliação dos planos de leitura, escrita e comunicação oral.

Reconhecer e fortalecer a diversidade das práticas de leitura, escrita e oralidade é essencial para a construção de políticas mais inclusivas, contextualizadas e culturalmente relevantes. As transformações tecnológicas e os novos ambientes digitais diversificaram as formas de acesso, produção e circulação de conteúdo, exigindo a consideração de múltiplos formatos, mídias e linguagens. A estes desafios juntam-se os contributos da neurociência, da psicologia e de outras disciplinas que sublinham o papel decisivo destas práticas no desenvolvimento integral das pessoas, desde a primeira infância até à idade adulta.

Nesse processo, as bibliotecas, em todas as suas formas, desempenham um papel estratégico. São espaços-chave para o acesso à informação, a aprendizagem ao longo da vida, a inclusão digital e a participação cultural. Portanto, é necessário aumentar o investimento público em seu fortalecimento, diminuir as lacunas que persistem entre áreas urbanas e rurais e promover modelos de biblioteca que respondam às reais necessidades das

comunidades educacionais e sociais. Em particular, o desenvolvimento de bibliotecas escolares dinâmicas, integradas a projetos pedagógicos e dotadas de recursos humanos e materiais adequados, concebidas como espaços de aprendizagem, criatividade e acesso equitativo ao conhecimento, é essencial para garantir a apropriação precoce e sustentada da leitura, da escrita e das práticas orais.

Por sua vez, o ecossistema editorial ibero-americano enfrenta múltiplos desafios que exigem uma ação pública sustentada e estratégica. Para além das desigualdades históricas – incluindo as disparidades de gênero, territoriais e étnico-raciais – verificam-se agora profundas transformações derivadas da emergência de tecnologias disruptivas como a inteligência artificial generativa, bem como da urgência de incorporar critérios de sustentabilidade ambiental em toda a cadeia de valor. Neste contexto, é fundamental avançar no sentido de um ecossistema editorial mais democrático, diversificado e regionalmente integrado.

Para tal, os Estados devem promover políticas que reduzam os desequilíbrios entre países e dentro de cada país, apoiando ativamente as pequenas e médias editoras, livrarias independentes e criadores com menor visibilidade, a fim de expandir a diversidade bibliográfica e garantir uma circulação mais justa dos bens culturais. Facilitar a integração editorial regional através da revisão dos quadros regulamentares, da eliminação das barreiras fiscais

e pautais e da promoção de iniciativas de cooperação, como a coedição, as traduções e as plataformas partilhadas, é também uma prioridade.

A transição digital do setor editorial exige políticas que garantam o acesso equitativo à infraestrutura, à formação e às ferramentas tecnológicas. Ao mesmo tempo, é urgente estabelecer quadros regulamentares claros sobre a utilização da inteligência artificial que protejam os direitos de autor e promovam a sua utilização ética e responsável. Devem também ser estabelecidos mecanismos de apoio às livrarias, na medida em que estas não só cumprem um papel comercial, como se constituem como espaços de encontro, mediação cultural e promo-

ção da leitura, cuja presença em todo o território deve ser reforçada através de políticas de estímulo e redes de cooperação.

Por fim, é fundamental acompanhar o setor na adoção de práticas sustentáveis que reduzam a sua pegada ambiental, bem como desenvolver sistemas de informação e monitorização que permitam tomar decisões com base em dados fiáveis. Isso requer de uma coordenação eficaz entre os Estados, os intervenientes no sector e organizações como o Cerlalc, que podem prestar apoio técnico e promover a partilha de conhecimentos a nível regional.

Referências

Banco Mundial, UNICEF y UNESCO.

2022. *Dos años después. Salvando a una generación.* Banco Mundial. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/09951910622227657/pdf/IDU0ee485f500c-82d042e60a8a80732ab3beacab.pdf>

Cámara Argentina del Libro. 2025.

Informe de producción del libro argentina, 2024. https://issuu.com/camaradellibro/docs/informe_de_produccion_anual_libro_argentino_2024

Cámara Colombiana del Libro. 2025.

Estadísticas del libro en Colombia, 2024. <https://camlibro.com.co/wp-content/uploads/2025/07/WEB-EstadisticasLibroCCL2024.pdf>

Caniem. 2025. “Panorama de la producción editorial en México 2024: datos clave del ISBN”. <https://caniem.org/panorama-de-la-produccion-editorial-en-mexico-2024-datos-clave-del-isbn/>

Cerlalc. 2022A. *Agenda para el desarrollo de una Iberoamérica lectora y creativa.* <https://Cerlalc.org/publicaciones/agenda-para-el-desarrollo-de-una-iberoamerica-lectora-y-creativa>

Cerlalc. 2022B. *El ecosistema del libro en Iberoamérica, un estado de la cuestión.* <https://Cerlalc.org/publicaciones/el-ecosistema-del-libro-en-iberoamerica-un-estado-de-la-cuestion/>

Cerlalc y UNSAM. 2025. *Navegando lo incierto: usos y percepciones de la IA generativa en el sector editorial iberoamericano.* <https://Cerlalc.org/publicaciones/navegando-lo-incierto-usos-y-percepciones-de-la-ia-generativa-en-el-sector-editorial-iberoamericano-2>

Federación de Gremios de Editores de España, Ministerio de Cultura de España y CEDRO. 2025. “Informe de comercio interior del libro en España 2024”. <https://federacioneditores.org/wp-content/uploads/2025/06/250611PRS-FGEE-Presentacion-Medios-Comercio-Libro-2024v3.pdf>

IFLA. 2014. “Declaración de Lyon sobre el acceso a la información y el desarrollo”. <https://repository.ifla.org/rest/api/core/bitstreams/75f7f39f-b263-4f89-b553-eeb16d-08d29a/content>

Jelassi. T. 2021. “Promoviendo el acceso universal a la información dentro de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible”. Organización de las Naciones Unidas. <https://www.un.org/es/cr/C3%B3nica-onu/promoviendo-el-acceso-universal-la-informaci%C3%B3n-dentro-de-la-agenda-2030-para-el>

SEGIB. 2018. II Plan de Acción Cuatrienal de la Cooperación Iberoamericana 2019-2022. <https://www.segib.org/?document=ii-plan-de-accion-cuatrienal-de-la-cooperacion-iberoamericana-2019-2022>

SEGIB. 2019. Estrategia Iberoamericana de Cultura y Desarrollo Sostenible. <https://www.segib.org/?document=estrategia-iberoamericana-de-cultura-y-desarrollo-sostenible>

SEGIB. 2023. III Plan de Acción Cuatrienal de la Cooperación Iberoamericana 2023-2026. <https://www.segib.org/?document=iii-plan-de-accion-cuatrienal-de-la-cooperacion-iberoamericana-2023-2026>

UNESCO. 2024b. “La urgencia de la recuperación educativa en América Latina y el Caribe”. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000388399>

UNESCO. 2024a. Informe de seguimiento de la educación en el mundo 2023. Tecnología en la educación: ¿una herramienta en los términos de quién? <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000388894>

World Economic Forum. 2023. *The Future of Jobs Report. Insight Report.* World Economic Forum. https://reports.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs_Report_2025.pdf

World Literacy Foundation. 2022. “Why Literacy. World Literacy Foundation. World Literacy Foundation”. https://worldliteracyfoundation.org/why_literacy/

Com apoio de

